

DOSSIÊ “A Educação profissional e o Ensino Médio: Olhares retrospectivos, circunspectivos e prospectivos”

Apresentação

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O ENSINO MÉDIO: Olhares retrospectivos, circunspectivos e prospectivos

PROFESSIONAL EDUCATION AND HIGH SCHOOL SECONDARY EDUCATION: retrospective, circumspective and prospective perspectives

EDUCACIÓN PROFESIONAL Y EDUCACIÓN SECUNDARIA: perspectivas retrospectivas, circunspectivas y prospectivas

Marise Ramos 

Henri Luiz Fuchs 

RESUMO

O dossiê “A educação profissional e o ensino médio: olhares retrospectivos, circunspectivos e prospectivos” congrega artigos, ensaios e relatos de experiências, ancorados em concepções de formação humana em perspectiva emancipatória, com abordagens críticas, no sentido da superação das desigualdades e da transformação da sociedade, fundamentados em princípios éticos, democráticos e inclusivos. O conjunto de trabalhos traz a discussão sobre a implementação do “Novo Ensino Médio” nas redes estaduais de ensino e na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; a presença de organismos internacionais nessas políticas; a formação de professores para esse nível de ensino e suas modalidades, e as resistências à imposição dessa contrarreforma, entre outros temas afins a esse debate.

Palavras-chave: Novo Ensino médio; Educação Profissional; Formação de professores; Reforma empresarial da Educação.

ABSTRACT

The dossier "Professional education and secondary education: retrospective, circumspective and prospective views" brings together articles, essays and reports of experiences, anchored in conceptions of human formation in an emancipatory perspective,

with critical approaches, in the sense of overcoming inequalities and transforming society, based on ethical, democratic and inclusive principles. The set of works brings the discussion about the implementation of the "New High School" in the state education networks and in the Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education; the presence of international organizations in these policies; the training of teachers for this level of education and its modalities, and the resistance to the imposition of this counter-reform, among other topics related to this debate.

Keywords: New High School; Professional Education; Teacher training; Business Reform of Education.

RESUMEN

El dossier "Educación profesional y educación secundaria: miradas retrospectivas, circunspectivas y prospectivas" reúne artículos, ensayos y relatos de experiencias, anclados en concepciones de la formación humana en perspectiva emancipatoria, con enfoques críticos, en el sentido de superar las desigualdades y transformar la sociedad, a partir de principios éticos, democráticos e inclusivos. El conjunto de trabajos trae la discusión sobre la implementación de la "Nueva Escuela Media" en las redes educativas estatales y en la Red Federal de Educación Profesional, Científica y Tecnológica; la presencia de organismos internacionales en estas políticas; la formación de docentes para este nivel educativo y sus modalidades, y la resistencia a la imposición de esta contrarreforma, entre otros temas relacionados con este debate.

Palabras clave: Nueva Escuela Secundaria; Enseñanza profesional; Formación del profesorado; Reforma Empresarial de la Educación.

A partir do golpe jurídico-midiático-parlamentar de 2016, que tirou a presidenta Dilma Roussef da Presidência da República, vivemos um conjunto de contrarreformas que caracterizaram golpes seguidos de golpes. A contrarreforma do Ensino Médio foi um deles, acompanhada da Emenda Constitucional dos gastos públicos (EC 96/2016), da Reforma Trabalhista (Lei 13.467, de 2017), da Reforma da Previdência (EC 103/2019) e da Lei da Terceirização (Lei 13.429/2017). Nesse contexto, nos aproximamos do Estado de Exceção, uma vez que a governabilidade legítima e democrática do país foi interrompida. Ao invés de instituições como o Congresso Nacional garantirem a democracia representativa, foram exatamente seus atos que corroboraram a exceção, mediante processos manipulatórios associadas ao autoritarismo. A ocorrência desse fenômeno no âmbito da sociedade política se reproduziu na sociedade civil, em busca do consenso sobre a suposta necessidade dessas

contrarreformas para contornar a crise fiscal e social cuja verdadeira origem está na ortodoxia neoliberal.

A Medida Provisória 746/2016, cujo conteúdo e pertinência só se justificariam em casos de emergência ou urgência de um fato cujo enfrentamento não poderia aguardar os trâmites democráticos, é, no âmbito da educação, o ato mais exemplar da exceção. A legislação que regulamentava o Ensino Médio e a Educação Profissional no país, construída com muitas disputas ao longo de mais de uma década, era robusta, densa, coerente, ainda que não livre de contradições. Visava-se com ela, e mediante um diálogo democrático com a sociedade, sistemas de ensino, escolas e educadores, inclusive de campos oponentes, a uma condição jurídica, ética e política da Educação Básica, do Ensino Médio e da Educação Profissional coerentes, necessários e compatíveis com o direito subjetivo e social à Educação. No horizonte, o conteúdo desse direito seria realizado pelo acesso ao conhecimento sistematizado necessário a uma formação integral dos estudantes na perspectiva da *omnilateralidade*, ou seja, do desenvolvimento humano em todas as suas potencialidades.

Em oposição, a contrarreforma do Ensino Médio, que de “Novo” não tem nada, se consolidou com a transformação da MP na Lei n. 13.415/2017, sob o contrassenso de se vincular sua implementação à aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Um arcabouço normativo, político e ideológico se erigiu a partir de então, abrangendo redução da carga horária da formação geral; fragmentação, diluição e esvaziamento curricular; instrumentalização e privatização da educação profissional; desvalorização e precarização do trabalho e da formação docente sob o prisma do tecnicismo. Tratou-se de condensar, em uma mesma política, aspectos mais retrógrados de reformas educacionais precedentes, como as realizadas no governo de Fernando Henrique Cardoso, no contexto da ditadura civil-militar e no governo Vargas.

A Revista Formação em Movimento entendeu a importância de dar visibilidade a estudos e pesquisas voltados para este tema, propondo o presente dossiê que se organiza com dezoito artigos. Destacam-se abordagens sobre a implementação do “Novo Ensino Médio” nas redes estaduais de ensino e na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; a presença de organismos internacionais nessas políticas; e as resistências. Manifestam-se particularidades que implicam os sujeitos da educação – estudantes e educadores -, suas modalidades como a Educação de Jovens e Adultos, inclusive nas prisões, e a Educação do Campo. Problematizam-se a oferta do ensino médio noturno, as mudanças no mundo do trabalho e estratégias ideológicas transferidas para a educação, como o fetiche da empregabilidade e do empreendedorismo.

Nessa linha se encontram, primeiramente, os textos de Eliana da Silva Felipe e de Ronan Salomão Gaspar em co-autoria com Marcelo Lima. Enquanto o primeiro – “Estratégias para a implementação do novo ensino médio no Brasil: feições e contradições” – demonstra a significativa adesão dos sistemas estaduais de ensino ao “Novo Ensino Médio” relacionada ao uso de instrumentos gerenciais de controle e monitoramento adotados pelo Ministério da Educação, o segundo – “Ensino médio integrado na rede estadual do Espírito Santo: impactos a partir da lei 13.415/2017” – analisa os impactos da contrarreforma na oferta da Educação Profissional de nível médio na forma integrada ao Ensino Médio na rede pública estadual do Espírito Santo. Em ambos os casos ficam evidentes o caráter retrógrado dessa política e a necessidade de superá-la.

O artigo de Adilson César de Araújo, “Ensino médio integrado ou ensino médio em migalhas: a reforma no contexto dos institutos federais de educação”, por sua vez, privilegia o olhar sobre as consequências dessa política no contexto dos projetos pedagógicos dos Institutos Federais de Educação, mediante análise de importante quantidade de projetos. Suas conclusões nos permitem sinalizar para a necessidade e o espaço de disputas, face à convivência de indícios de adesão à contrarreforma e de formas híbridas e negociais quanto às suas orientações e o projeto de Ensino Médio Integrado, com indícios de reação e não adequação a ela.

Nelma Bernardes Vieira e José dos Santos Souza, com o artigo intitulado “O papel dos aparelhos privados de hegemonia burguesa na contrarreforma do ensino médio”, chegam ao campo das determinações da contrarreforma vinculadas à dinâmica dos aparelhos privados de hegemonia burguesa, em particular o *Todos Pela Educação*, a Fundação Lemann e o Instituto Ayrton Senna. A conclusão é significativa, pois a finalidade desses aparelhos não se restringiria ao currículo, mas se estenderia à reforma gerencial das redes públicas de ensino pautada nos princípios da *Nova Gestão Pública*.

Mais uma vez, somos chamados ao espaço de disputa, quando Filomena Lucia Gossler Rodrigues da Silva, Willian Simões e Laila Lauanda Alves de Matos discutem as ocupações secundaristas *as e os ocupas* enquanto movimento de resistência, no texto “O movimento das ocupações secundaristas e a defesa da educação pública no contexto da reforma do ensino médio”. Juventude ganha destaque como sujeito e como categoria de análise na perspectiva dialética, posto que, sendo baluarte da resistência, é também disputada pelos interesses do mercado enquanto sujeito estratégico do desenvolvimento econômico.

Para a resistência também converge o artigo “A contrarreforma do ensino médio: limites e resistências na escola do campo”, de Monica Molina, confrontando o “Novo Ensino Médio” com a Educação do Campo. A autora

reitera que o trabalho coletivo e a promoção da Auto-organização são alternativas de resistência e esses são núcleos também das experiências das ocupações secundaristas. Esses estudos nos motivam densamente a retomar tais núcleos na mobilização contra a atual política do ensino médio a fim de reverter os prejuízos na educação brasileira em geral, incluindo as modalidades de Ensino Médio, com exemplo da Educação do Campo e de Agroecologia assumidos historicamente pela Escola de Ensino Médio do Campo Florestan Fernandes, tema do referido estudo. Há um diálogo profícuo entre essa abordagem e a experiência exposta por Anakeila de Barros Stauffer, Marcela Alejandra Pronko, no texto “Pensar a formação docente em perspectiva agroecológica: a experiência do curso de especialização em educação e agroecologia”, sobre a formação para os(as) educadores(as) que atuam na Educação do Campo em áreas de Reforma Agrária, buscando consolidar os conhecimentos acerca dos métodos e das teorias críticas em Educação e em Agroecologia.

Se o projeto de Ensino Médio Integrado é, conceptual e materialmente, objeto de resistência à contrarreforma, a Educação Profissional integrada à Educação de Jovens é outro campo de disputa estratégico. Não por acaso tem sido uma política esvaziada nacionalmente, como bem demonstram Vânia do Carmo Nóbile e Dante Henrique Moura na co-autoria de seu artigo “PROEJA EMI: entre a trajetória de contradições e a expectativa da materialização do direito”. Após escrutinarem o planejamento da oferta de vagas nessa modalidade nos Institutos Federais, no período de 2005-2020, eles concluem parecer “existir um não-lugar do PROEJA no próprio Ministério da Educação, uma vez que na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica não há uma diretoria ou coordenação responsável pelo monitoramento do Programa nos IFs. Desafios analíticos, políticos e pedagógicos quanto a este tema são enfrentados por Flávia Demuner Ribeiro; João B. Pereira Alves, em seu artigo “A educação profissional em interface com a educação em prisões no Espírito Santo”, pois adentram à particularidade da educação profissional integrada à EJA nas prisões no Espírito Santo. Ou seja, não basta reconhecer que estudantes dessa modalidade apresentam histórias e necessidades de vida, de trabalho e de conhecimento específicas, mas que essas se traçaram de tal forma contraditória que levaram muitos à privação de sua liberdade. Tematizar tais desafios e trazê-los ao debate é um ato de resistência.

O fato é que esses são sujeitos singulares que constituem a classe trabalhadora caracterizada por trajetórias diversas, mas que se unificam na centralidade da sua força de trabalho como meio de produção da existência. Para frações dessa classe, isto se coloca de forma tão urgente que a educação escolar, de direito subjetivo, se torna um projeto incerto. Deparam-se com tal realidade tanto os estudantes da EJA, quanto aqueles que têm o ensino noturno como a única possibilidade de evitar que trabalho e educação escolar, de

unidade ontológica, se transformem em oposição existencial. EJA e ensino noturno são produção e reação à histórica exclusão socioeconômica de importantes frações da classe trabalhadora no Brasil. Assim Bruno Gawryszewski, Nathalia Nery, Gisele Andrade tratam do ensino médio noturno e o discutem a partir de estudo teórico e empírico, no artigo “Ensino médio noturno: agruras e desafios”, chegando à conclusão de que este ainda tem presença marcante na educação brasileira. Seus estudantes, “apesar dos desafios e contratempos enfrentados, almejam melhorar a sua condição de vida através da conclusão de seus estudos”.

A relação entre melhoria da condição de vida e conclusão de estudos que motivam estudantes às “agruras” do ensino noturno não nos permite deixá-los ideologicamente à guarda da Teoria do Capital Humano, base para a difusão de outras ideologias como empregabilidade e empreendedorismo, tão em voga atualmente. Jeferson Anibal Gonzalez retoma essa discussão a partir da análise crítica à ideia de “sociedade do conhecimento”, para demonstrar o quanto se opera a redução da formação dos trabalhadores à sociabilidade capitalista. Trata-se de um artigo intitulado “Educação e trabalho na sociedade do conhecimento: teoria do capital humano, empregabilidade e empreendedorismo”, que situa o “Novo Ensino Médio” no plano concreto dessa ardilosa estratégia.

No presente dossiê, o leitor encontrará enfoques sobre a realidade dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e as contradições trazidas pela contrarreforma do Ensino Médio na sua identidade. No confronto com os desafios sobre a (des)mobilização do Ensino Médio Integrado e do Proeja como políticas estruturantes do direito à educação, Tiago Fávero de Oliveira, guiado pela categoria historicidade, argumenta em seu texto “As disputas acerca da identidade dos Institutos Federais: uma leitura a partir da categoria historicidade”, que as atuais políticas da educação profissional atuam na manutenção da dualidade educacional, refletida na disputa acerca da identidade institucional dos IFs: escola técnica para formar trabalhadores pobres ou universidade para produzir ciência e tecnologia? Os indícios de adesão à contrarreforma do ensino médio depõem acerca da primeira alternativa, mas, ao mesmo tempo, entram em contradição com a segunda. Essa reflexão nos autorizaria dizer que a implantação do “Novo Ensino Médio” nos Institutos Federais, resolveria a dualidade em benefício da formação para o trabalho simples, inviabilizando assim, o próprio projeto dos Institutos Federais?

A formação docente para a educação profissional e tecnológica certamente é um tema que adensa essa contradição. Os autores Suelma dos Reis Pereira Alvez, Rosita Camilo de Souza, Léia Adriana da Silva Santiago e Marco Antônio de Carvalho nos provocam nesse sentido, captando diferenças que existem na formação inicial desses docentes, no artigo “Os desafios da

formação docente na educação profissional e tecnológica”. Revisitam a literatura sobre o tema a fim de discutir possíveis soluções para uma questão histórica, que se explicita ainda mais com a criação dos Institutos Federais e as características tão próprias a essa institucionalidade. A possibilidade de reconhecimento dos professores com notório saber trazida pela Lei nº 13.415/2017 complexifica ainda mais o problema, com impactos negativos sobre a formação dos docentes e à qualidade do ensino.

Olhares sobre o currículo também compõem este dossiê, trazendo temas históricos como a interdisciplinaridade e outros mais recentes, a exemplo das competências socioemocionais. O conjunto de artigos confirma que o “Novo Ensino Médio” não é somente uma reforma curricular. Mais do que isto, trata-se de uma política estruturante da formação flexível e precária da classe trabalhadora, interessante à sociabilidade capitalista neoliberal, alinhada à participação do Brasil na divisão social do trabalho como país de capitalismo dependente, como nos ensina Florestan Fernandes. Há, porém, mediações curriculares fundamentais para a consecução desse projeto.

A partir da análise histórica, a educação profissional passou por avanços e retrocessos que passam pela institucionalização e operacionalização enquanto política educacional. De acordo com as reflexões de Rosiclei Aparecida Cavichioli Laueremann, no artigo “Historicidade da Educação Profissional no Brasil: origem e desdobramentos das políticas públicas”, nos primeiros quinze anos do Século XXI houve um fortalecimento das políticas públicas direcionadas à educação profissional no Brasil, o que possibilitou sua expansão. Esses avanços e retrocessos na implementação da educação profissional, por sua vez, segundo Felipe Cavalcanti Madeira e Carlos Soares Barbosa, no artigo “Concepções docentes sobre a contrarreforma do Ensino Médio e a ênfase no empreendedorismo na Rede Estadual do Rio de Janeiro”, trouxe consequências para o trabalho docente, consequência gerada pela matriz curricular que aumenta a sobrecarga do trabalho docente em decorrência da concepção empreendedorista e da dualidade educacional no “Novo Ensino Médio”.

Juntamente com a ideologia do empreendedorismo que orienta o esvaziamento curricular para o que o componente “Projeto de Vida” cumpre importante papel, tem-se a incorporação da noção de competências socioemocionais na política educacional brasileira, como bem analisa Jonas Emanuel Pinto Magalhães, no artigo “Implementação do “novo ensino médio” nos estados brasileiros: panorama da incorporação das competências socioemocionais nas políticas curriculares”. Novamente aparecem os aparelhos privados de hegemonia da burguesia, com destaque, neste caso, para o Instituto Ayrton Senna na construção da agenda socioemocional em nível nacional, com sua normatização na BNCC. Sua abrangência nacional é comprovada pelo

estudo que adentra também aos documentos curriculares de sistemas estaduais de ensino.

Em contraposição, o artigo “Desafios e contribuições da interdisciplinaridade para o currículo do ensino médio integrado no Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC - câmpus São Miguel do Oeste”, de Fernanda Broch Stadler, Simone Raquel Casarin Machado, Idianes Tereza Mascarelo e Fernando Dala Santa se detém no currículo do Ensino Médio Integrado, abordando a percepção dos estudantes sobre as práticas pedagógicas interdisciplinares realizadas pelos docentes. Trata-se de um conceito também disputado por perspectivas críticas e conservadoras. As experiências analisadas tendem a convergir com a primeira, especialmente porque buscam mediações que reiteram a importância do Ensino Médio Integrado para a formação omnilateral dos estudantes.

Finalmente, destacamos o artigo “Educação profissional, jovens e adultos: gêneros e sentidos da realização de cursos técnicos”, de Lucília Regina de Souza Machado que aborda a educação profissional e a EJA na perspectiva da condição de gênero relacionada com mediações socioeconômicas, interrogando-as como motivacionais do interesse por cursos técnicos. Trata-se de uma contribuição ímpar, na medida em que nos apresenta como fundamentação a Teoria da Atividade de Alexei Leontiev que tem por base a filosofia marxista e a escola histórico-cultural, desvelando aspectos da relação classe e gênero na educação de trabalhadores e trabalhadoras, que merecem aprofundamento.

Diante de estudos fecundos que enfocam o tema deste dossiê por diversos ângulos, o conhecimento transcende a dimensão acadêmica para ser efetivamente formativo e mobilizador. A produção aqui exposta converge densamente com a *Formação em Movimento*.

A Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) tem se posicionado frente ao “Novo” Ensino Médio e a Educação Profissional no intuito de defender uma educação pautadas na formação de qualidade, pública, gratuita, laica, democrática e inclusiva, diferente dessa que está vigente e é pauta deste Dossiê.

Convidamos leitoras e leitores a pensarem criticamente sobre os rumos da Educação e contribuírem para a construção de currículos e projetos de formação que encontram sua base nas urgências e sonhos da sociedade brasileira na qual docentes e estudantes lutam por um país mais igualitário, equitativo, solidário e ambientalmente equilibrado. Boa leitura!

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 2023.

ⁱ Marise Nogueira Ramos

Professora da Faculdade de Educação da UERJ e docente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana - PPFH/UERJ. Licenciada em Química é mestre e Doutora Educação (UFF). Fez o Pós-doutorado em na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/Portugal (UTAD). É aposentada da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz). É uma das coordenadoras do Grupo THESE - Projetos Integrados de Pesquisa em Trabalho, História, Educação e Saúde UFF/UERJ/FIOCRUZ. É bolsista produtividade do CNPq.

E-mail: ramosmn@gmail.com

Curriculo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3796863111902233>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5439-3258>

ⁱⁱ Henri Luiz Fuchs

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), é Coordenador do Curso de Pedagogia do Campus Bento Gonçalves do IFRS. Doutor e mestre em Educação (UNILASALLE), é graduado em Pedagogia (UNISINOS). É Secretário Regional Sul da ANFOPE. Integrante do Grupo de Pesquisa em Educação Intercultural (GPEI/PPGE/UniLaSalle) do Grupo de Estudos e Pesquisas Educação e Formação de Professores (GEFor/IFRS).

E-mail: henriluizfuchs@yahoo.com.br

Curriculo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0429894680551775>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5877-2367>